

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO XI

VOLUME I



COIMBRA / 1964

ordem técnica, mas o certo é que ela dá ao texto um aspecto rébarbative, (agravado pela manutenção das ligações ou separações mais ou menos fantasistas de letras ou palavras.

A obra é publicada sem notas e apenas precedida de um interessante mas breve prólogo de Abeillard Barreto.

Embora apreciando devidamente a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, do exposto concluímos que urna edição do manuscrito original da *Representação* continua a ser necessária.

Luís FERRAND DE ALMEIDA

Manuscritos da Ajuda (Guia). Volume I. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1966. VIII-680 pp.

Já ñas páginas desta revista tivemos oportunidade de pôr em foco a importância dos guias ou roteiros de Arquivos e a neecessidade de acelerar a sua publicação em Portugal C¹). Desde então, e apesar de ainda não dispormos do tão desejado roteiro geral das Bibliotecas e Arquivos do País, muito se tem progredido em matéria de instrumentos de trabalho utilizáveis (2). Disso nos dá testemunho, entre outros, o volume que temos presente, relativo à Biblioteca da Ajuda.

O prefácio, da autoria do Prof. P.^e A. da Silva Rego, informa que não se pretendeu abranger toda a documentação; por motivos perfeita-

C¹) *iRoteiros de Arquivos*, in *Revista Portuguesa de História*, t. VIII, 1959, pp. 362-364.

(2) Cfr. IP.® Avelino de Jiesus da Coslta, *Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em Arquivologia*, Coimbra, 1966, pp. 4-5. Este A. observa «que o nosso atraso em maltéria ide inventariação ie de catalogação não é tão grande como quaise todos pensam e afirmam, sobretudo quando nos põem em confronto com o estrangeiro» (ip. 4). Ainda há poucos 'anos, num congresso científico internacional, um investigador estrangeiro ise referiu àquillo que charruou o «caos dos arquivos portugueses», — generalização manifeStoamente exagerada e injusta.

miente aceitáveis, não foram incluídas as colecções «Jesuítas na Ásia», «Rerum Lusitanicarum» e a de manuscritos genealógicos. Com algumas excepções, apontadas no lugar próprio, este tomo descreve os manuscritos que se encontram nas estantes 44 a 49. Quando se trata de miscelâneas, os documentos são geralmente indicados um a um.

Pela sua extrema diversidade, torna-se impossível dar uma ideia, mesmo geral, dos assuntos a que estas fontes se referem; diremos apenas que os investigadores encontrarão aqui numerosíssimos elementos para o estudo da nossa História, principalmente desde a segunda metade do século xvi até aos princípios do século xix, nos seus aspectos políticos, administrativos, diplomáticos, económicos, sociais, culturais e religiosos. Com este precioso *Guia* o estudioso poupará muito tempo e mais facilmente abrirá caminhos na vasta e rica massa documental da Ajuda.

Trabalho perfeito? É evidente que não. Assim o reconhece o prefaciador da obra, ao expor, com toda a franqueza, as condições pouco favoráveis em que foi elaborada e os defeitos que daí resultaram. Por isso, esta recensão acabará por ser omissa que uma glosa das seguintes palavras do prefácio: «Eis um livro mal feito, mas útil. [...]. Parece ter sido feito aos bocados, por pessoas inexperientes. O que é tudo verdade» (p. vii). Não queremos abusar desta leal declaração, mas, como já mostrámos a importância do *Guia*, achamos conveniente notar também as deficiências que encontramos e que nos parecem levitáveis na continuação da obra.

Um leitor que, em vez de percorrer de ponta a ponta este volume de perto de 700 páginas, se limite a consultas mais ou menos dispersas, encontrará frequentemente um verbete com a descrição de um documento, logo seguido de outro, com a mesma cota e o mesmo aspecto gráfico, mas constituído por listas de nomes de pessoas, cada um deles precedido da palavra *Vide*. Pensará talvez que se trata de remissões ao índice final, mas não tardará a reconhecer que se enganou. É possível que então lhe ocorra outra explicação: os referidos antropónimos serão os que constam do documento do verbete anterior (com a mesma cota). E pode até ter a sorte de descobrir, perdida na p. 152, esta informação: «Os verbetes duplicados indicam nomes mencionados nos documentos». Foi pena que não se tivesse adoptado, quanto aos antropónimos, o critério seguido no *Boletim da Filoteca Ultramarina Portuguesa* e na *Documentação Avulsa*

Moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino, pois desse modo se evitariam todos os equívocos.

Há descrições de manuscritos repetidas, embora com termos diferentes, talvez consequência da diversidade de autores. Essas duplicações ora se encontram afastadas (1.º verbete da p. 16 e 4.ª verbete da p. 33), ora muito próximas ou mesmo seguidas (p. 154, verb. 1.º, 2.º, 6.º, 7.º e 11.º; p. 290, verb. 3.º e 5.º).

Os verbetes dos Mss. **44-XIII-57** e **44-XIII-58** estão misturados. Assim: pp. **290-308**, mconitramois o primeiro destes manuscritos. Depotis, pp. **309-310**, parte do Ms. **44-XIII-58**. Ainda na p. **310**, recomecem os verbeteis do Ms. **44-XIII-57**, até ao princípio da p. **314**. Deisde aqui à p. **318** segue-se, mais uma vez, o Ms. **44-XIII-58**.

Deparamos por vezes com informações confusas ou incompletas. Assim, por exemplo, na p. **174**, podemos ler: «**44-XIII-32** (n.º **85**). 1 fol. **0,º305 X 0,º215** — Pedro (D.) Príncipe regente de Portugal — Carta de D. Afonso VI participando-lhe que nomeou Mendo de Fóis Pereira na qualidade de enviado especial na Corte, junto da pessoa de Sua Magestade. *Nota*: Tem a data de Lisboa, a **28** de Novembro de **1679**». Deve haver confusão, pois em **1679** D. Afonso VI estava preso em Sintra e, no mesmo ano, o regente D. Pedro nomeava Mendo de Fóis Pereira seu enviado em Madrid.

Também não é claro o verbete respeitante ao Ms. 44-xm-32 (n.º 86), na mesma página do *Guia*, embora sejamos levados a crer que se trata de uma carta de M. de Fóis Pereira, então em Madrid, para o enviado inglês na capital espanhola. Mas estará certa a data de 17 de Março de 1682? O taino suscita-nos dúvidas, tanto mais que o documento é uma cópia.

Em 'Certos casos, tem-se a impressão de que se transcreveram simplesmente antigas fichas da Biblioteca, sem qualquer verificação. Por exemplo (p. 486): «47-xm-1 a 4 — Memórias de Mons. de Saintot—Introductions des Embassadeurs. 4 volumes». Título exacto: «Mémoires de Mons/ de Saintot Introduceur des Ambassadeurs». A *gralha* no antropónimo passou até para o índice do *Guia* (p. 656), onde, além disso, *Monsieur* de Saintot, introdutor dos embaixadores na corte francesa durante parte do século xvii, é tratado por «Monsenhor».

Outro exemplo mais estranho, pela mistura de idiomas: «**47-XIII-5** a 9 — Genealogias de Maisons Franceses. Por Galand» (p. 487).

Vejam-se também os verbetes icomespondentes a Os Mss. **49-IV-24**, **49-IV-25** ie **49-X-21** (pp. **528** ie **547**), todos teles pouoo explícitas.

Pensamos que estes defeitos, assim como as numerosas *gralhas*, se poderiam ter evitado com urna revisão geral anteis da impressão do *Guia*.

'Complêta o volume um extenso indicie onomástico, geográfico e ideográfico i(pp. 563-679), sempre indispensável em obras deste género. Prestará serviços, mas não tantos como seria de esperar e desejar, porque niele se encontram bastantes deficiências.

Notemos, a ntes de mais, o critério adoptado quanto aos antro - ponimos: seguiu-se, como é natural, a ordem do último apelido, mas sem ter em conta o nome próprio e os outros apelidos. Assim, em muitos casos, o leitor tem de percorrer inteiramente a lista, mais ou menos longa, dos indivíduos com o mesmo nomie final para encontrar o que pretende. A série dos *Silvas*, por exemplo, começa com *Pero da Silva*, que devia estar perto do fim, e termina com *António Dinis da Cruz e Silva*, que devia ser dos primeiros.

Este mau sistema teve ainda a consequência de facilitar as repetições de nomes ((antropónimos e topónimos), podendo daiiao leitor a errada impressão de que correspondem a pessoas e lugares diferentes.

Há topónimos com a forma antiga e a moderna (Craсто Verde e Castro Verde: pp. 595 e 587), ou com uma certa e outra errada (Arrondies e Arroches: pp. 571 e 663; Florença e Firenza: p. 607; Seia e Ceia: pp. 662 e 587), ou apenas com a errada (Acurnar: p. 564; Mecejana: p. 630).

Que motivo haverá para separar *Coiros* (p. 590) de *Couros* (p. 594)?

Certamente porque na p. 420, linhas 218-29, vem indicada uma consulta «sobre a Capella Destremos», o índice apresenta-nos na letra *D*: «*Destremos — Capela de*, 420» (p. 597). Quem se interessar por *capelas* ou por *Estremoz* só por acaso descobrirá esta informação.

O P.^e Carbone (João Baptista) está no lugar próprio (p. 581), mas mais adiante encontramos, com surpresa, um *Correia Carbone* (p. 592), logo a seguir transformado em *Carbone Correia* (p. 593). Por manifesto lapso, uniram-se os nomes de duas pessoas (Cfr. p. 54, verb. 11.^o).

Ao nosso primeiro rei chama-se, na letra *A* do índice, *Afonso Henrique* (p. 564). Uma *gralha*, evidentemente. Mas já é um deslize mais sério voltar a incluí-lo na letra *H*, não em *Henriques*,

mas em *Henrique* (D. Afonso), e antes do Conde seu pai, do Infante Navegador e do Cardeal-Red...

'Finalmente, importa dizer que certas fichas ideográficas do índice são bastante incompletas, de modo que o mais prudente, para o investigador, será percorrer o volume...

Assim, na palavra *Gados* (p. 610), não se citam os documentos das pp. 163, 269, 273, nem o importantíssimo *Regimento dos verdes e montados do Campo de Ourique*, publicado em 1699 (pp. 325-327).

Em *Pragmáticas* (p. 649) falta a indicação dos textos das pp. 273-274, 309, 328-329, 330.

Em *Vinhos* (p. 678), nem uma palavra sobre as fontes descritas nas pp. 250-251. Se o leitor se lembrar de procurar em *Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro*, lá as encontrará citadas (p. 590), mas uma simples remissão (neste e noutros lugares do índice) teria sido uma boa ajuda.

Tudo quanto dizemos na segunda parte desta recensão pode diminuir um pouco, mas de modo nenhum anular o valor do *Guia*, que é obra não só útil, mas utilíssima. ÍFor isso fazemos votos pelo rápido aparecimento do volume n, expurgado, tanto quanto possível, dos defeitos que apontámos no i.

L. F. DE A.

RODRIGUES CAVALHEIRO — *D. Manuel II e João Franco*. Correspondência inédita, Lisboa, 1967. Separata de *Sulco*, 2.^a série, n.ºs 8 e 9. 67 pp.

É sabido que a tragédia de 1 de Fevereiro de 1908 e a reunião do Conselho de Estado lefectuada no dia seguinte levaram à demissão de João Franco, obrigado pouco depois, pelo novo Governo, a sair do País. A chamada política de *acalmção* ia destruir a obra do *franquismo*, sem conseguir, no entanto, salvar as instituições: a 5 de Outubro de 1910, D. Manuel II partia também a caminho do exílio.

Que ideia tinha o monaroa do último presidente do Conselho de seu pai? E que relações houve entre os dois? Convictamente ou por força das terríveis circunstâncias do momento, D. Manuel II,